

**PARA UMA SOCIOLOGIA PRAGMÁTICA DA MORAL DA POLÍTICA:
Crítica, “bem de todos” / “bem comum” e “comparecimento”¹**

**TOWARDS A PRAGMATIC SOCIOLOGY OF MORALITY OF POLITICS:
Critique, “Good of All”/ “Common Good” and “Intervention”**

Alexandre Werneck*

Resumo

Este ensaio promove uma reflexão teórica sobre a possibilidade de se fazer uma sociologia pragmática da moral da política – isto é, uma sociologia da política cujo centro seja sua dimensão moral, tratada como objeto e não como fundamento normativo da análise. A proposta é reconhecer no mapeamento da dimensão dos valores em jogo em uma situação política uma forma de dar conta analiticamente de uma fenomenologia incontornável desse objeto e valorizar a ideia de “comparecimento”, isto é, a forma como elementos dessa situação se colocam nela como variáveis determinantes em sua efetivação. O tratamento coloca entre parêntesis tanto o normativismo apriorístico da chamada sociologia crítica, centrada na ideia de que a dominação é o fenômeno central da realidade social e que a tarefa da disciplina é compreender os mecanismos segundo os quais os dominados são levados a agir conforme desejam os dominadores, quanto a manobra retórica da chamada nova “crítica não normativa”, que propõe que a questão da política é uma economia da despolitização dos fenômenos sociais e que a tarefa da análise consiste em “repolitizá-la” – isto é, devolver a ela um caráter não naturalizado. Adotando-se uma postura radicalmente compreensiva, pragmatista e pragmática segundo a qual o objeto da análise é a forma como os atores eles próprios constroem/operam a dimensão moral da política, torna-se a análise dos fenômenos políticos mais complexa, na medida em que se estuda aquilo que efetivamente comparece nas situações “politizadas” para defini-las com tal e para definir e resolver as controvérsias nelas trazidas à baila.

Palavras-chave: Política. Pragmatismo. Comparecimento. Bem de todos/bem comum.

Abstract

This essay promotes a theoretical reflection on the possibility of making a pragmatic sociology of morality of politics – i. e., a sociology of politics whose core is its moral dimension, treated as a subject rather than a normative principle for the analysis. The proposal is to recognize in the mapping of the dimension of values at stake in a political situation a way for analytically accounting for an unavoidable phenomenology of this object and to focus on the idea of ‘intervention’, that is, the way in which elements of this situation are placed in it as determinant variables in its effectuation. The treatment sets aside both the aprioristic normativism of the so-called critical sociology, focused on the idea that domination is the central phenomenon of social reality and that the task of the discipline is to

1 Este texto contém análises relativas ao projeto “O Moralismo Ostentatório: Um Estudo do Papel da Crítica Acusatorial nos Mundos Público e Privado”, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por meio de sua bolsa de produtividade (processo 312417/2018-7). Uma primeira versão foi apresentada no I Seminário Internacional Questões de Moral, Moral em Questão: Sociologia e Antropologia do Bem em Tempos Desafiadores, na UFRJ, em julho de 2020. Agradeço aos vários envolvidos no debate em minha mesa e aos avaliadores da Política & Trabalho pelas contribuições para a sofisticação do argumento. Agradeço também à colega Thais Florencio de Aguiar, cientista política, por contribuições ainda na fase de escrita.

* Sociólogo. Professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da UFRJ, coordenador do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (Necvu), da UFRJ, pesquisador de produtividade do CNPq, bolsista Jovem Cientista do Nosso Estado Faperj. Áreas de interesse: Sociologia da moral, sociologia dos conflitos e da violência, teoria sociológica, pragmatismo. E-mail: av.werneck@ifcs.ufrj.br

understand the mechanisms by which the dominated are led to act as the dominators wish, and the rhetorical maneuver of the so-called new ‘non-normative critique’, which proposes that the issue in play in politics is an economy of ‘depoliticization’ of social phenomena and that the task of analysis is to ‘repoliticize it’ – that is, give it back to it an unnaturalized character. Adopting a radically interpretive, pragmatist and pragmatic stance according to which the subject of analysis is the way in which the actors themselves build/operate the moral dimension of politics, the analysis of political phenomena becomes more complex, as what is studied is what in ‘politicized’ situations appears to define them as such and to define and resolve the controversies brought up in them.

Keywords: Politics. Pragmatism. Intervention. Good of all/common good.

Estava sozinho em uma mesa quando um senhor se aproximou, sentou-se diante dele e disse depressa:

– O senhor já leu?

– Não li.

– Está sabendo?

– Não sei de nada.

– Não sabe do que se trata?

– Não sei, não me preocupo com isso.

– Mas isso deveria interessá-lo.

– Não sei por que deveria me interessar. Eu fumo um charuto, bebo algumas canecas de cerveja, janto e não leio jornais. Os jornais mentem. Por que vou me aborrecer?

– Então não lhe interessa o assassinato de Sarajevo?

– Nenhum assassinato me interessa, quer aconteça em Praga, em Viena, em Sarajevo ou em Londres. Para isso existem as autoridades, os tribunais e a polícia. Se um dia qualquer em algum lugar alguém é morto, bem feito para ele, porque foi burro e imprudente e permitiu que o matassem.

Estas foram suas últimas palavras naquela conversa. A partir de então, limitou-se a repetir a cada cinco minutos:

– Sou inocente, sou inocente!

Nesse inusitado diálogo do romance épico-satírico “As aventuras do bom soldado Švejk”, do tcheco Jaroslav Hašek (2014, p. 27), o protagonista confessa sua completa desinformação e seu enorme desinteresse em relação a um crime. Homicídios são problema do morto, ele parece querer dizer. Essa seria a olhos externos apenas uma posição “egoísta” qualquer, não fosse um detalhe: estamos diante do “assassinato de Sarajevo”, o atentado ao arquiduque Franz Ferdinand que serviria de desculpa para o início do que viria a ser a Primeira Guerra Mundial. Não é um crime insignificante, portanto. Trata-se, antes, de um crime **político**. E isso se refletirá em toda a história do “inocente” (e simplório) Švejk, que tráfegará por centenas de páginas no universo da Grande Guerra e sua *realpolitik* sem entender muita coisa, mas sempre com opiniões. Uma leitura

materialista histórica mais tradicional poderia concluir que esse é um livro sobre a passagem da alienação à consciência. Entretanto, a sanfona entre a cena particular e a grande narrativa da (inacabada) obra-prima de Hašek (publicada em 1921) ali qualificada como “aventura” lança luz sobre um outro ponto, que quero destacar aqui como um importante componente para uma sociologia compreensiva da política: na tensão entre as estruturas em seus grandes movimentos históricos e a pequenez decisional de dois atores, temos ali uma **situação**, um recorte no espaço e no tempo. Nela, está em pauta justamente se o que está acontecendo ali é ou não **político** e isso se mostra como algo profundamente **moral**.

Na cena, dessa forma, o (ainda não) “bom soldado” tem a atenção chamada porque “deveria” se interessar por um homicídio, uma vez que este **é do interesse de todos**. Afinal, diferentemente de um assassinato comum, o crime mobilizado **terá consequências sobre as vidas de milhões**. Mas Švejk se recusa a reconhecer esses efeitos tanto do ponto de vista de se incluir nesse “todos” atingível pelo ocorrido – “Nenhum assassinato me interessa (...). Para isso existem as autoridades, os tribunais e a polícia” – quanto de admitir agência sobre o mundo a partir dessa decisão – “Sou inocente”. Disso, decorre um deslocamento raramente levado a sério: **politizar** uma situação **dá trabalho**, isto é, os atores não necessariamente tratam como óbvio que o que esteja acontecendo ali seja uma questão política, não necessariamente partilham dessa impressão e dependem incontornavelmente de um conjunto de operações para essa definição ser **efetiva** (WERNECK, 2012a, 2022), ou seja, para que o que esteja acontecendo ali seja **na prática** uma **questão de política**, o que significa ela produzir consequências sobre a realidade objetiva das ações de si e dos outros – em suma, que, nela, se **aja politicamente**^{2 3}.

Este ensaio propõe uma reflexão teórico-metodológica sobre a possibilidade de se fazer uma **sociologia pragmática da moral da política** – isto é, uma sociologia da política cujo centro seja sua dimensão moral, tratada como **objeto** e não como fundamento normativo da análise. A proposta é tomar o mapeamento da dimensão dos valores atuante naquilo que, imbuído de uma abordagem pragmatista/pragmática, chamarei de **situação política** e nela reconhecer uma forma de dar conta de uma fenomenologia incontornável desse objeto, a de suas disputas e coordenações valorativas. E, na continuidade desse argumento, valorizo aqui a ideia de **comparecimento**, a forma como **elementos** dessa situação nela **se colocam** como **actantes** (GREIMAS, 1976; LATOUR, 1997), como variáveis **determinantes** em sua efetivação – como nela **comparecem**. Trata-se de um trabalho de reflexão teórica, mas alimentado por uma série de pesquisas na área da sociologia pragmática da moral e da

2 Não que isso importe para o argumento, mas o próprio Hašek mostrou-se atento a essa dificuldade de definição, por meio de um viés seu característico, a ironia – o que pressupõe uma postura de superioridade moral (COLEBROOK, 2004). Militante de esquerda, foi editor de um jornal anarquista e, depois da Guerra, tornou-se comunista de linha soviética. Entre esses dois momentos, fundou uma agremiação política cujo nome parece um manifesto de seu gaiato distanciamento desconstrutivo: Partido do Progresso Moderado Dentro dos Limites da Lei.

3 Nessa galeria de ações possíveis se inclui a recusa de participação justamente porque a situação é percebida como política. É preciso que faça parte dessa sociologia como objeto a recusa a se relacionar com a política.

crítica empreendida na última década e meia em diversas frentes, sempre com ênfase na análise do diálogo entre a dimensão concreta das ações e a abstrata dos valores morais⁴.

O argumento se desenvolve da seguinte forma, como tenho mostrado em vários trabalhos, já citados, a discussão tem início com a ideia, proposta por William I. Thomas (1969, p. 42), de definição da situação, “um estágio de exame e deliberação (...) preliminar a qualquer ato comportamental autodeterminado” e que diz **o que está acontecendo ali** (WERNECK, 2012a). O tratamento é baseado na Filosofia pragmatista, especialmente no olhar de seu fundador, Charles S. Peirce, para o pensamento, segundo o qual, para se entender um objeto é preciso “avaliar que efeitos, que possam ter certos comportamentos práticos, [o] percebemos apresentar (...). O resultado é que nossa concepção desses efeitos constitui o conjunto de nossa concepção do objeto” (PEIRCE, 1992, p. 132). Esse **consequencialismo**, essa ênfase nos efeitos, permitiria a William e a Dorothy Thomas, sua parceira de pesquisa e esposa, enunciar sua clássica afirmação: “[S]e os homens definem as situações como reais, elas são reais em suas consequências” (THOMAS; THOMAS, 1938, p. 572), isto é, aquilo que permite aos humanos definir situações de alguma forma é a observação de consequências objetivas dessa definição. E como disse em outro texto (WERNECK, 2022, p. 4), sublinhando o caráter anticartesiano do argumento, isso não corresponde a “uma mecânica psicológica e/ou idealista – segundo a qual podemos definir previamente a situação como o que quisermos e ela assim será”. Em vez disso, tem a ver com um imperativo ao mesmo tempo de **ação** e de **sociabilidade**: de um lado, a definição não é apenas linguageira, tendo que se haver com a prática, com a realidade objetiva, manifestada ao conformar as ações; de outro, ela não é obra de uma racionalidade individual, e sim de um processo de escrutínio e testagem **comunitário** – o que se manifestará em todo o pragmatismo, mas também na sociologia dele oriunda a partir da chamada Escola de Chicago (POGREBINSCHI, 2005; WERNECK, 2014): uma situação definida socialmente como de algum tipo é assim porque **funciona** como tal ao ser testada como tal por aqueles que assim se questionam sobre sua definição; ao mesmo tempo ela tem que funcionar objetivamente (independentemente dos envolvidos) e isso tem que poder ser percebido de maneira partilhada pelos envolvidos. Na chave do que John Dewey (1938) chamou de **processo investigativo**, então, os atores empreendem movimentos para definir praticamente as situações e fazer andar a realidade. No mesmo texto (WERNECK, 2022), mostrei como isso tudo reorienta a análise **situacionista metodológica** (CICOUREL, 1964; COLLINS, 1981; JOSEPH, 1984) epistemologicamente: uma que vez que “[o] grau [de efetividade] de uma situação é medido por sua capacidade de produzir efeitos (...), se observamos um efeito, ele é um índice (PEIRCE, 1977b) da definição da situação em que

4 Essa galeria compreende trabalhos sobre manifestações críticas em situações que vão das interações cotidianas (WERNECK, 2009, 2011a, 2011b, 2015a, 2020a) a protestos e discursos políticos (WERNECK, 2004a, 2004b, 2008, 2016a, 2019b, 2020b, 2021a, 2021b; WERNECK; LORETTI, 2018), passando por uma concentração específica na ideia de crítica acusatorial (MISSE; WERNECK, 2012; WERNECK, 2012b, 2015b, 2019b; WERNECK; TALONE, 2019; WERNECK; TEIXEIRA; TALONE, 2020; WERNECK *et al.* 2021), além de algumas discussões de teoria (WERNECK, 2014, 2016b, 2019a, 2022).

está inserido (e que só pode ser determinada a posteriori)”: todo fenômeno situado passa a ser pensado como consequência de algo e o objetivo da pesquisa se torna justamente compreender seu processo de produção a partir desse algo.

O passo seguinte consiste em levar a sério a ênfase depositada no detalhamento das situações proposto pela chamada **sociologia pragmática da crítica** (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020). Segundo essa abordagem, chamada pelos autores de **economias da grandeza** (EG), uma situação é uma circunscrição no espaço e no tempo em que se dá uma distribuição de grandeza, posições agenciais distintas entre determinantes (“grandes”, nos termos do modelo) e determinados (“pequenos”), distribuição essa fundada necessariamente em uma **prestação de contas** (SCOTT; LYMAN, 2008) em termos de justiça, de modo que se demonstre que a diferença entre grandes e pequenos possa ser tratada/compreendida por ambos os lados como **equivalência**. Não avançarei muito mais na descrição do modelo⁵. O importante para meu argumento aqui é que essa situação é lida pelos atores como um *setting* de ajustamento entre, de um lado, uma configuração pragmática de elementos, notadamente atores sociais ocupando posições de grandeza e, de outro, quadros valorativos abstratos fundamentadores dessa configuração – quadros morais, diria eu – por meio de coisas do mundo, organizadas como dispositivos (isto é, elementos concretos capazes de representar no mundo aqueles valores abstratos)⁶. E é nesse ponto que mobilizo as EG para tratar de **comparecimento**: segundo Boltanski e Thévenot (2020, p. 85), o elemento constitutivo das situações é a relação entre uma “multiplicidade de seres que, por vezes humanos, por vezes coisas, não se apresentam sem que ao mesmo tempo sejam qualificados os estados segundo os quais **intervêm**”⁷. E os “estados segundo os quais eles intervêm”, correspondentes ao nível da grandeza em jogo na situação, são radicalmente situados, isto é, tratados como uma condição experimentada naquela situação discreta (e não como uma disposição incorporada). **Intervir**, nos termos deles, corresponde a uma operação de qualificação da forma como o ser participa da situação, de como toma parte em sua definição, isto é, como esse ser **comparece**⁸ no processo de efetivação (WERNECK, 2012a, 2022). Dissecar uma situação nessa chave consiste, então, em mapeá-la e colocar em balanças, por vezes de precisão, esses vários seres, ponderando suas participações, observando os papéis que desempenham – ou, em termos mais adequados, os actantes que se tornam –, os dispositivos que constroem, aquilo que fazem, o que dizem, o que mobilizam. Tudo isso corresponde a analisar em uma situação o **comparecimento** das coisas que a definem.

5 Apresento uma síntese do mesmo em Werneck (2012a, p. 77-115). Sua apresentação completa está em Boltanski e Thévenot (2020) e uma síntese dos próprios autores, em Boltanski e Thévenot (1999).

6 Para mais sobre dispositivos, ver Peeters e Charlier (1999) e o dossiê que organizam a partir do texto.

7 Grifo meu.

8 A escolha do substantivo **comparecimento** implica ainda uma decisão analítica: embora o verbo **intervir** não passe de imediato todo o peso desse sentido, o substantivo **intervenção** explicita e sublinha um caráter de agência externa sobre outra agência, ao passo que falar em **comparecimento** permite deslocar a conversa para a dimensão de ingresso na situação, de qualificação da forma como algo aparece, se manifesta, notadamente atua e atua significativamente, determinantemente para a definição/efetivação (e, veremos, depuração/resolução) da situação.

Assim, para dar um exemplo aclimatado a nossa discussão, se alguém se candidata a um cargo eletivo – à Presidência, por exemplo –, está em jogo habitualmente a oferta de si como grande em termos **cívicos** (isto é, sua capacidade de representar a vontade geral) (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020) diante do universo de pequenos chamados cidadãos que a ele entregariam a agência das decisões do governo – e de uma condição de maior grandeza nesses mesmos termos do que outros candidatos ao mesmo cargo. Isso só pode ser feito por meio de um conjunto de situações em que ele se **comprova** (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020) como tal por meio da apresentação de coisas do mundo – digamos, elementos de campanha, peças publicitárias, palavras de ordem, narrativas biográficas, demonstrações de serviços prestados, projetos utópicos, alinhamentos ideológicos, discursos carismáticos etc. – que o qualifiquem como melhor candidato. Igualmente, se uma agência governamental sugere que a melhor maneira de resolver um problema social – o enfrentamento de uma epidemia? – é uma campanha nacional de medidas profiláticas e ampla vacinação e outra sugere que é a administração de um medicamento, a disputa de grandeza, isto é, da figura determinante está em torno de que método se provará mais **eficiente**, o que é feito por meio da apresentação de evidências objetivas dessa eficiência **industrial** (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020) – relatórios de pesquisa, falas de especialistas, pareceres de agências reguladoras etc. Em ambos os casos, está em operação a explicitação de como pessoas e coisas **comparecem** para tornar efetiva a situação de comprovação.

Evidentemente, não poderia ser meu objetivo aqui promover uma digressão sobre uma definição fundamental de **política** em si, algo que poderíamos chamar de uma definição substantivista – o que me faria viajar de Aristóteles a Foucault ou Proudhon, de Maquiavel a Rawls, de Platão a Bobbio, de Santo Agostinho a Dewey, de Marx a Rancière e sabem os colegas da teoria política mais por que caminhos. Há uma disciplina inteira para esse conceito e não tenho qualquer pretensão de esgotar sua multissemia. Basta dizer que as próprias ciência e filosofia políticas reconhecem essa complexidade e nela investem – ver, por exemplo, os textos compilados por Leftwich (2004)⁹ ou os intrincados esforços de figuras como, entre vários outros, Hannah Arendt (2006), Carl Schmitt (2007) ou, mais recentemente, Francis Wolff (2003) e Chantal Mouffe (2005), além de pensadores brasileiros (LESSA, 2012). Nesse diapasão, a política vem sendo pensada como aquilo que concerne à polis/ao Estado (VERNANT, 1972; BOBBIO, 1998) – o que qualificaria também uma **sociologia política** (WEBER, 2011), que também não é meu objetivo; apresentada como arte pacífica de resolução de conflitos centrada nas decisões

⁹ De fato, na apresentação do livro, Leftwich (2004, p. 2) sugere dois grandes modelos para caracterizar as várias e distintas definições de política: a abordagem dimensional – a rigor, ela a chama de “abordagem da arena ou do local”, mas tomo a liberdade aqui de promover seu paralelismo sintático – segundo a qual a política é um espaço em que se dão determinados fenômenos, e a abordagem processual, segundo a qual a política é um processo, algo que acontece, uma forma de fazer ou de se comportar. Essa distinção, conquanto seja já um mergulho em uma discussão que não pretendo fazer, ajuda a iluminar justamente o quanto a dimensão moral atravessa qualquer definição: quer seja pensada como arena quer seja como processo, isso que é a política precisa ser efetivado como tal pelos atores sociais, isto é, validado em termos de sentidos e valores como algo (arena ou processo) que eles reconheçam como capaz de direcionar o bem a alguém – definição que explorarei adiante.

coletivas (WEALE, 2004); revelada, mesmo denunciada como mantenedora de um conflito social sub-reptício ou como a mera forma de operacionalizar interesses (CALINICOS, 2004); teorizada como a operacionalização/exercício do poder (FOUCAULT, 1990); descrita como nome de qualquer ação pública/cívica, de qualquer operação prática a serviço de qualquer um desses movimentos (“uma política”) ou ainda de toda a dinâmica eleitoral (WOLFF, 2003) etc.

Pois sem desqualificar nenhuma dessas interpretações, o tratamento pragmatista/pragmático aqui adotado me leva a buscar essa definição nos atores, no sentido de, como vimos, reconhecer em seus movimentos que tipo de situação eles definem como política e **como** a definem. E, na continuidade desse projeto, coloco entre parêntesis qualquer definição discreta de política **em si** para me concentrar em uma **sociologia pragmatista/pragmática da moral**¹⁰ das situações definidas pelos atores como políticas (independentemente do que seja política para eles). Para isso, adoto como marco de uma definição heurística a operação moral incontornável de qualquer que seja a forma de política em jogo: sua **tradução** em termos do **bem de todos**. Nesse sentido, seja qual o for o objetivo intrínseco da política, essa precisa ser sempre pensada, em uma camada valorativa, como a administração de um bem idealizado como capaz de alcançar uma abstração de totalidade relativa a um universo; e com isso adquirimos, por decorrência lógica, uma definição operativa: uma situação política é aquela em que se dá uma disputa em torno de como se obter/chegar a esse bem¹¹. Esse tratamento é condizente com uma perspectiva produtiva da moral que venho adotando em todo o meu trabalho, já citado, segundo a qual ela seja pensada menos como forma de impedimento de ações e mais como uma incontornável dimensão constitutiva da efetivação das mesmas (WERNECK, 2014)¹². Nesse sentido, adotar a moral da política como objeto pressupõe analisar os elementos valorativos implicados no funcionamento efetivo das situações politizadas na prática. Ao mesmo tempo, a ênfase nas situações como unidade analítica permite observar, por meio da dimensão moral apontada, uma dupla articulação contida nessas situações políticas: elas consistem em circunscrições ao mesmo tempo a serem actancialmente definidas pelos atores como tais e a serem **depuradas**, uma vez que, como vimos, uma situação como essa é marcada

10 Estou plenamente consciente de que Dewey (1938), com toda sua tematização da política e da teoria democrática – ver, sobre isso, por exemplo, Pogrebinschi (2004, 2005) –, discordaria de uma neutralização total dessa interpretação. Mas coloco esse tratamento como investimento à parte em relação ao investimento pragmatista em uma teoria da ação consistente com os comportamentos efetivos dos atores sociais (WERNECK, 2022).

11 Estou consciente também de que essa definição amplia a dimensão de política para o lado de fora do ambiente público/cívico e das consequências dessa ampliação, que permite pensar a politização de situações privadas, familiares, ou, em sentido mais analítico, domésticas (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020).

12 Do ponto de vista dessa abordagem, não se trata de se perguntar que fenômeno social é moral ou não – como em certas interpretações simplistas segundo as quais seriam objetos privilegiados da sociologia da moral “imoralidades” gritantes (como, digamos, o genocídio, o canibalismo nas sociedades complexas, o crime ou comportamentos sexuais) ou ações “bondosas” ou “generosas” (como as ações humanitárias, o *care*, a doação de órgãos ou a abnegação) – e sim de indagar como funciona a dimensão moral de cada fenômeno social discreto. Claro, todos aqueles objetos são bons para pensar a moral e são recorrentes nessa linhagem sociológica, especialmente porque explicitam situações em que os atores se colocam especialmente a refletir sobre o bem, mas não exclusivamente. São tão bons para pensar a moral uma transação da bolsa de valores ou uma eleição presidencial, as escolhas de objetos de arte ou decisões em um videogame.

pela **disputa** em torno do que seja o bem de todos. E a ênfase na ideia de **comparecimento** permite observar sua dinâmica **actancial** no que diz respeito a essa depuração: analisar a moral da política, ao fim e ao cabo, corresponde a se perguntar como uma situação se politiza por meio desses elementos objetivos e o peso deles nesse processamento e, na continuidade da análise, em estudar como ela “se resolve”, isto é, como ela depura a seleção dos bens amplamente generalizáveis. Isso significa detalhar: os diferentes personagens envolvidos, humanos e não humanos, explícitos e implícitos, tratados como actantes; os quadros valorativos mobilizados por esses diferentes actantes em seus investimentos práticos de ação como formas efetiváveis do bem de todos; os dispositivos construídos por esses personagens a fim de ajustar a pragmática implementada à forma de bem de todos abstratamente mobilizada; os elementos, formais e de conteúdo, da disputa objetiva em jogo na situação, os elementos definidores dos “melhores bens” etc.

A moral da política como experiência de tradução e o problema do “na verdade”

Em meu trabalho de modelização de uma **sociologia (pragmatista/pragmática) da moral** (WERNECK, 2012a), caracterizei-a como a dimensão dos fenômenos sociais na qual se dá a **gestão do bem**, isto é, em que os atores definem o sentido para o qual o (que consideram ser o) bem se desloca (ou seja, para **quem** ele se destina) e, por meio da qual tem lugar a **efetivação** desses fenômenos. Nesse tratamento, mapeei cinco diferentes regimes de orientação do bem: bem de si, bem do outro, bem comum, bem de todos e “tudo bem”¹³. Esse último regime se refere a um estado de crença (PEIRCE, 1977a) no qual os atores não problematizam esse direcionamento. Acredito que as outras direções sejam evidentes, salvo pela distinção central em meu argumento aqui: diferentemente do que pode parecer no senso comum **bem de todos** e **bem comum** não são sinônimos automáticos. O primeiro corresponde a um bem direcionado a uma entidade abstrata superior concebida como uma representação de totalidade: “todos” me inclui, mas o bem de todos me atinge apenas de forma difusa. Por sua vez, o bem comum, da forma como é modelizado nas EG, diz respeito a **partes**, a polos discretos que auferem bem **em equivalência**, tanto um quanto o outro. Essa diferença, como acabo de dizer, será fulcral em meu argumento. Por ora, para um avanço na definição, retornemos heurísticamente ao bom soldado Švejk: o assassinato de Sarajevo é relevante (para seu interpelador) por sua capacidade de tocar a muitos. O exemplo, então, é paradigmático por sua capacidade de sintetizar um corte transversal na dimensão moral de qualquer modelo de definição de política: seja qual for o objeto/objetivo da política adotado – pelos atores e/ou pelo analista – esse objeto/objetivo terá que se haver com uma dimensão em que é preciso efetivar isso que acontece **em termos do**

13 Esses regimes se compõem em uma matriz com uma outra série, essa de pontos em uma escala da maior equalização (o universal) à maior peculiarização (o singular absoluto), permitindo aos atores avaliar o mais efetivo como uma composição adequada entre um direcionamento do bem (ou uma composição entre dois ou mais) e uma posição dimensional desse outro eixo. Uma discussão mais aprofundada desse modelo ultrapassa os limites deste texto. Para ela, ver Werneck (2012a, p. 267-316), especialmente o esquema na página 308.

bem de todos¹⁴. Pois como mostram Boltanski e Thévenot (2020), um dos traços marcantes da vida moderna é um **imperativo de justificação** na ordem de fundamentação de uma **tendência ao acordo** característica do ambiente de concórdia reinante nessas sociedades¹⁵. Esse imperativo expressa uma hegemonia da justiça como valor preferencial de avaliação das ações e insere uma economia da passagem entre bem comum (para eles a forma distributiva de bem característica dessa competência) e bem de todos de forma automática: como esse primeiro imperativo implica um outro, de negociação (THUDEROZ, 2010), os acordos entre partes seriam considerados uma imagem do bem geral – como a forma mais realizada de sua utopia realizável (BOLTANSKI, 1990). Nesse quadro, a vida política é habitualmente pensada a partir da forma **cívica** da justiça – aquela segundo a qual o justo é definido em referência à representatividade em relação à vontade geral capaz de tornar equivalentes os bens entre os grandes (os que representam) e os pequenos (os representados), garantido que o bem de um lado e do outro sejam comuns (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020). Pois argumento que na situação política esse imperativo se desloca rumo à conversão de um tratamento em termo de partes para um em termo de um ente superior idealizado, “todos” – em formas como “a sociedade”, “o país”, “nós”, “o povo” – que impele os atores a se pronunciarem no sentido de ajustar suas ações a essa exigência. Isso é consistente com toda uma tradição sociológica que evidencia um imperativo de *accountability* como traço constitutivo da vida social (WRIGHT-MILLS, 1940; SCOTT; LYMAN, 2008).

Como mostrei em outros trabalhos (WERNECK, 2019a; PORTO; WERNECK, 2021), o ponto de partida para o entendimento desse imperativo está na reflexão de Weber (1947) sobre a relação entre valor (*Wert*) e sentido (*Sinn*). Para o autor, a **compreensão** (*Verstehen*) tem início em uma informação consideravelmente niilista: nada faz sentido *a priori*, isto é, nada tem permissão automática para ser incluído no mundo (a parcela da existência intermediada pelo pensamento) e ser considerado cabível – em sua visão, os humanos parecem ser movidos por uma **vontade de sentido**, uma, digamos, **semiofilia**, por um imperativo para sanar esse niilismo, o que insere o pensador não apenas na tradição neokantiana de Rickert (RINGER, 2004), como ainda em um campo de influência do pragmatismo de Peirce (1992) e James (1907). Isso delega aos humanos o processo de preenchimento das coisas objetivas com um espírito (*Geist*), matéria abstrata que, ao ocupar os corpos despidos de significado, permite a eles a factibilidade. É como se Weber estivesse propondo uma semiótica social: as coisas, para

14 Mesmo em modelos conflitualistas, como, por exemplo o marxista, o horizonte é também o bem de todos – a abolição das classes pela revolução (e, portanto, pela derrocada da classe dominante) ao fim e ao cabo produziria uma sociedade benéfica para todos – mesmo que essa totalidade seja construída a longo prazo e por um longo processo de adaptação e à custa de violência (que será justificada por esse bem).

15 Isso não significa que não haja (ou que o modelo feche os olhos para o) conflito social e menos ainda que eles estejam dizendo que as ordens sociais modernas são ambientes dominados pela paz e pela generosidade. O ponto é que nas sociedades modernas típicas o conflito social é gerido mais habitualmente de forma negociada, na ordem das prestações de conta mútuas e mais habitualmente sem se chegar ao uso da força (por mais que esses momentos raros sejam profundamente significativos). Ao mesmo tempo, o imperativo de acordo é um traço das sociedades críticas: ele expressa não um altruísmo simplista, mas uma consciência do direito de exigência de bem comum inscrito em cada ator na ordem de sua capacidade crítica (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999).

terem com os homens, precisam fazer sentido, o que não podem aprioristicamente, e precisam, então, se tornar como que significantes e serem preenchidos com significados, cuja substância é metafísica. Ora, esse fenômeno, no autor, é iminentemente social. Embora a operação seja de definição de um “sentido subjetivamente visado”, esse só pode ser operado a partir de uma perspectiva objetiva, a da intersubjetividade: nenhum sentido é cabível se não for resultado de uma interpelação comum. E disso decorre que as formas, ao serem interpeladas, precisam sê-lo *vis-à-vis* os humanos, motivo pelo qual esta é uma sociologia da ação: as coisas fazem sentido para nós na medida em que **fazem algo** e seria esse **fazer** o cerne da vida social – e, disso, é das ações uns dos outros que se ocupam basicamente os atores em suas discussões sobre o sentido.

Ao mesmo tempo, no entanto, essa operação não pode ser pensada como mera semiótica subjetivista nem pode ser reduzida a uma adequação fundamentalista entre objetos (formas) e fundamentos (conteúdos) (PEIRCE, 1977a): a ligação entre um sentido e uma coisa não é apriorística. Ela decorre de uma seleção, uma vez que aquilo que algo ou alguém faz pode não ter a mesma importância para uns que para outros, o que torna o sentido não apenas um preenchimento, mas um preenchimento **valorativo**, isto é, um designativo capaz de dizer que aquilo ali é congruente no que diz respeito à determinada grandeza (poderá ser feito aquilo que importar). Donde a sociologia compreensiva/interpretativa de Weber ser uma sociologia ancorada nos **valores**, daquelas grandezas mobilizadas pelos agentes para preencher de sentido as ações diante de si, ingressando em um jogo de troca de interpelações e ofertas de sentido que adiante fará a sociologia weberiana se desdobrar em sociologia das prestações de contas (*accounts*) (WRIGHT-MILLS, 1940; SCOTT; LYMAN, 2008).

Nesse sentido, uma abordagem compreensiva da política, então, adota como objeto os valores mobilizados pelos atores para dar conta de suas ações em um âmbito politizado e, com isso, estuda como esses mesmos atores promovem a operação de traduzir esses mesmos valores em termos do bem de todos, valor superior universalizado pelos imperativos da politização. Como vimos, esse bem de todos pode ser buscado em diversos bens mobilizados em situação, como, por exemplo, o bem-representatividade ou o bem-eficiência, mas também outros, como o bem-emancipação, o bem-correção-das-desigualdades-econômicas, o bem-correção-das-desigualdades-sociais (de raça, de gênero etc.) e é o complexo processo dessa tradução o desafio do pesquisador: essa sociologia axiológica (HEINICH, 2017) demanda por um lado uma especial atenção à neutralidade analítica (WEBER, 2001; BLACK, 2013; HEINTZ, 2020) – já fundamental para qualquer pesquisador que se prese, mas no caso da sociologia da moral

ainda mais determinante (ABEND, 2010)^{16 17}, a fim de evitar moralismos analíticos que eclipsam a compreensão do quadro empiricamente apresentado – e, por outro lado, um monumental esforço de mapeamento de todos os (possivelmente quadros de) valores e elementos envolvidos na situação, o que, por sua vez, exige o cuidado de identificação de grandezas em variáveis planos e em um painel por vezes agigantado de fontes, materiais e registros (discursivos, documentais, actanciais, experienciais, institucionais, entre outros).

Um tratamento como esse coloca entre parênteses (pelo menos por ora e para efeitos analíticos) tanto o normativismo apriorístico da chamada sociologia crítica, centrada na ideia de que a dominação é o fenômeno central da realidade social e que a tarefa da disciplina é compreender os mecanismos segundo os quais os dominados são levados a agir conforme desejam os dominadores – o que implicaria uma definição substantivista de política ela própria – quanto a manobra retórica da chamada nova “crítica não normativa” (TRIANAFILLOU, 2012; HANSEN, 2016; STARICCO, 2019), que propõe que a questão da política é uma economia da despolarização dos fenômenos sociais e que a tarefa da análise consiste em “repolarizá-la”, isto é, devolver a ela um caráter não naturalizado. Adotando-se uma postura radicalmente compreensiva, pragmatista e pragmática, segundo a qual o objeto da análise é a forma como os atores eles próprios constroem/operam a dimensão moral da política – ou seja, como determinam o que é “bem” e o que é “todos” –, torna-se a análise dos fenômenos políticos mais complexa, na medida em que se estuda aquilo que efetivamente comparece nas situações **políticas** para defini-las como tal e para definir e resolver as controvérsias nelas trazidas à baila, restituindo-se a essa complexidade inclusive a dimensão agencial das operações críticas dos atores como objeto, elemento central da passagem de uma sociologia crítica a uma **sociologia da crítica** (BOLTANSKI, 2016).

Essa complexificação se prova especialmente relevante para escapar a um viés/simplismo que chamarei de **o problema do “na verdade”**. Trata-se da atitude analítica segundo a qual, sob o argumento de evitar ingenuidades, busca-se olhar para a moral como “na verdade” alguma outra dimensão. Nessa chave, toda atitude moral é lida “na verdade” como, por exemplo, interesse ou ação do poder e consistiria em uma mecânica de “escamoteamento” desse “verdadeiro” fundamento – um substantivismo aparentado àqueles segundo os quais qualquer achado da sociologia “na verdade” corresponde a um achado da Neurociência ou da Física das partículas.

16 Isso não implica um descompromisso cidadão da parte da pessoa que é o sociólogo. Pelo contrário, a seriedade analítica produzida pela postura compreensiva pode mesmo melhor municiar as atitudes críticas dos atores sejam eles analistas ou não. O que é implicado por essa impressão é uma valiosa múltipla personalidade, em que o pesquisador desempenha seu papel como tal no máximo de sua pujança e o ator crítico o mesmo, sem que eles precisem confundir suas intervenções em termos de análise.

17 Dessa forma, não basta, como propõe Fassin (2008), em seu inusitado artigo sobre “o desconforto da antropologia com a moral”, que o pesquisador com a tarefa de estudar essa dimensão da vida social exponha seus valores como forma de tornar os outros conscientes de suas escolhas. A tarefa analítica vai além disso e implica um esforço de desvios analítico, proporcionado justamente pela adoção do par metodológico mapeamento/análise do comparecimento municiada pela abordagem compreensiva.

Assim, seja qual for o projeto de fundo dos empreendedores de ações moralizadas (ou as intenções ocultas nos corações, mentes, ídoles, DNAs, subpartículas, espíritos, ou seja, lá qual for o recôndito explicativo mobilizado), para certas correntes críticas o que está em jogo é uma operação segundo a qual “na verdade” há o bem de si (o interesse) e, em oposição a ele, a moral. E, no caso das situações políticas, esses tratamentos traduziriam essa oposição como uma antinomia entre política e moral: a primeira seria substantivamente o território do bem de si, e a outra, uma dimensão “estética” ou “retórica” com a função de eufemismo do que “na verdade” ocorreria. O tratamento aqui proposto, por outro lado, reconhece a pujança empírica da dimensão moral como fenomenologia ela mesma – em vez de como ferramenta do que quer que seja senão as efetivações de situação elas próprias. Ao evitar o “na verdade”, valoriza-se a moral **como objeto** e isso permite estudar efetivamente seus elementos próprios, o que se perde completamente quando ela é rebaixada a aparato de outros princípios, tomados à priori¹⁸

Referências

- ABEND, Gabriel. What's New and What's Old about the New Sociology of Morality. In: HITLIN, Steven; VAISEY, Stephen (org.). **Handbook of the Sociology of Morality**. Londres: Nova York: Springer, 2010. p. 561-582.
- ARENDT, Hannah. **O que é Política**: Fragmentos das obras póstumas compilados por Ursula Ludz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- BLACK, Donald. On the almost inconceivable misunderstandings: Concerning the subject of value-free social science. **The British Journal of Sociology**, Londres, v. 64, n. 4, p. 763-780, 2013.
- BOBBIO, Norberto. Política. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (org.). **Dicionário de política**, vol. 1. Brasília: Editora UnB, 1998. p. 954-962.
- BOLTANSKI, Luc. L'amour et la justice comme compétences: Trois essais de sociologie de l'action. Paris, Métailié, 1990.
- BOLTANSKI, Luc. Sociologia crítica e sociologia da crítica. In: VANDENBERGHE, Frédéric; VÉLAN, Jean-François (org.). **Além do habitus**: Teoria social pós-bourdiesiana. Rio de Janeiro: 7Letras, 2016. p. 129-154.
- BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. **A justificação**: Sobre as economias da grandeza. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2020.
- BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. The Sociology of Critical Capacity. **European Journal of Social Theory**, v. 2, n. 3, p. 359-377, 1999.
- CALINICOS, Alex. Marxism and Politics. In: LEFTWICH, Adrian (org.). **What is Politics**: The Activity and its Study. Cambridge (RU): Polity, 2004. p. 53-66.

18 Isso não quer dizer que, por exemplo, Elias (1990), ao fazer sua sociologia historiográfica sociogenética dos costumes apontando o papel das (auto)interdições comportamentais na dinâmica dos poderes de Estado e da vida social em sentido amplo, ou que Foucault, ao traçar suas várias genealogias de processos moralizadores da cultura ocidental (a prisão, o cuidado de si etc.) como formas de governamentalidade, estejam errados. Pelo contrário, o exemplo deles justamente comprova a indissociabilidade entre a moral e quaisquer outras dimensões da fenomenologia social, uma vez que sublinha a complexa operação de vai e vem entre as duas dimensões, sem necessariamente reduzir uma à outra. Evidentemente, isso também não quer dizer que as pessoas não possam usar – e usem – a dimensão moral da vida estratégica e conscientemente como retórica em favor de seus interesses – o que é um investimento da parte deles a ser levado em conta em qualquer análise, seja do poder seja da moral. O argumento aqui, repito, é que uma dimensão não pode ser reduzida à outra.

- CICOUREL, Aaron V. **Method and Measurement in Sociology**. Nova York: The Free Press, 1964.
- COLEBROOK, Claire. **Irony: The New Critical Idiom**. Londres: Nova York: Routledge, 2004.
- COLLINS, Randall. On the Micro-Foundations of Macro-Sociology. **American Journal of Sociology**, Chicago, n. 86, p. 984-1014, 1981.
- DEWEY, John. **Logic: The Theory of Inquiry**. Nova York: Henry Holt, 1938.
- ELIAS, Nobert. **O processo civilizador, v. 1: Uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- FASSIN, Didier. Beyond Good and Evil? Questioning the Anthropological Discomfort with Morals. **Anthropological Theory**, v. 8, n. 4, p. 333-344, 2008.
- FOUCAULT, Michel. Omnes et singulatim: Por uma crítica da “razão política”. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 26, p. 77-99, 1990.
- GREIMAS, Algirdas J. **Semantique structurale: Recherche de méthode**. Paris: Larousse, 1976.
- HANSEN, Magnus Paulsen. Non-normative critique: Foucault and pragmatic sociology as tactical re-politicization. **European Journal of Social Theory**, v. 19, n. 1, p. 127-145, 2016.
- HAŠEK, Jaroslav. **As aventuras do bom solado Švejk**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2014.
- HEINICH, Nathalie. **Des valeurs: Une approche sociologique**. Paris: Gallimard, 2017.
- HEINTZ, Monica. **The Anthropology of Morality: A Dynamic and Interactionist Approach**. Londres: Routledge, 2020.
- JAMES, William. **Pragmatism: A new name for some old ways of thinking**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1907.
- JOSEPH, Isaac. **Le passant considérable**. Paris: Librairie des Méridiens, 1984.
- LATOURE, Bruno. **Ciência em ação: Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Unesp, 1997.
- LEFTWICH, Adrian (org.). **What is Politics: The Activity and its Study**. Cambridge (RU): Polity, 2004.
- LESSA, Renato. Filosofia política: Para quê? **A Folha do Gragoatá**, Niterói, 12 dez. 2012. Disponível em: <http://afolhadogragoata.blogspot.com/2012/12/renato-lessa-filosofia-politica-para-que.html> Acesso em: 27 jul. 2021.
- MISSE, Michel; WERNECK, Alexandre (org.). **Conflitos de (grande) interesse: Estudos sobre crimes, violências e outras disputas conflituosas**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- MOUFFE, Chantal. **On the Political**. Londres: Nova York: Routledge, 2005.
- PEETERS, Hugues; CHARLIER, Philippe. Contributions à une théorie du dispositif. **Hermès**, n. 25, p. 15-23, 1999.
- PEIRCE, Charles S. How to make our ideas clear. In: **The Essential Peirce: Selected Philosophical Writings**, v. 1 (1867-1893). Bloomington (EUA): Indiana University Press, 1992. p. 124-141.
- PEIRCE, Charles S. Algumas consequências de quatro incapacidades. In: **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 1977a. p. 259-282.
- PEIRCE, Charles S. Divisão dos signos. In: **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 1977b. p. 45-61.
- POGREBINSCHI, Thamy. A democracia do homem comum: Resgatando a teoria política de John Dewey. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 23, p. 43-54, 2004.
- POGREBINSCHI, Thamy. **Pragmatismo: Teoria social e política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005.
- PORTO, Camille; WERNECK, Alexandre. O valor de uma existência: uma análise pragmática de valorizações da vida humana em situações envolvendo dinheiro. **Sociedade & Estado**, Brasília, v. 36, n. 2, p. 57-83, 2021.
- RINGER, Fritz. **A metodologia de Max Weber: Unificação das ciências culturais e sociais**. São Paulo: Edusp, 2004.
- SCHMITT, Carl. **The Concept of the Political**. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.
- SCOTT, Marvin B.; LYMAN, Stanford M. Accounts. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 139-172, 2008.

- STARICCO, Juan Ignacio. Reclaiming critique in social sciences – or why “non-normative critique” constitutes a contradiction in terms. **Distinktion: Journal of Social Theory**, v. 21, n. 2, p. 195-213, 2019.
- THÉVENOT, Laurent. **L'action au pluriel**: Sociologie des régimes d'engagement. Paris: Decouverte, 2006.
- THOMAS, William I. **Unadjusted Girl**: With Cases and Standpoint for Behavior Analysis. Nova York: Harper and Row, 1969.
- THOMAS, William I.; THOMAS, Dorothy Swaine. **The Child in America**: Behavior Problems and Programs. Nova York: A.A. Knopf, 1938.
- THUDEROZ, Christian. **Qu'est-ce que négocier?** Sociologie du compromis et de l'action reciproque. Rennes: PU Rennes, 2010.
- TRIAFANTILLOU, Peter. **New Forms of Governing**: A Foucauldian Inspired Analysis. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2012.
- VERNANT, Jean-Pierre. **As origens do pensamento grego**. São Paulo: Difel, 1972.
- WEALE, Albert. Politics as Collective Choice. In: LEFTWICH, Adrian (org.). **What is Politics**: The Activity and its Study. Cambridge (RU): Polity, 2004. p. 86-99.
- WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento na ciência social e na ciência política. In: WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 107-154.
- WEBER, Max. A política como vocação. In: WEBER, Max. **Ciência e política**: Duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2011. p. 53-124.
- WEBER, Max. **The Theory of Social and Economic Organization**. Glencoe (EUA): The Free Press, 1947.
- WERNECK, Alexandre. **Comunicação e cinismo**: A razão cínica na esfera pública observada na cobertura do Primeiro de Maio em jornais. 2004a. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Escola de Comunicação, UFRJ, Rio de Janeiro, 2004a.
- WERNECK, Alexandre. A eventização do Primeiro de Maio: A atuação da razão cínica sobre a apreensão do Dia do Trabalho pelos jornais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 27., 2004b, Porto Alegre. **Anais do XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Porto Alegre: UFRS, 2004b. p. 1-16.
- WERNECK, Alexandre. **Culpabilidade pública e circunstâncias**: Casos de desculpas dadas por figuras públicas diante de acusações de corrupção e incompetência em jornais. In: 32º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Caxambu, MG: 2008.
- WERNECK, Alexandre. Moralidade de bolso: A “manualização” do ato de dar uma desculpa como índice da negociação da noção de bem nas relações sociais. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 81-95, 2009.
- WERNECK, Alexandre. A velhice como competência de efetivação de ações moralmente questionadas: Situações em supermercados no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, João Pessoa, v. 10, n. 28, p. 11-44, 2011a.
- WERNECK, Alexandre. O “egoísmo” como competência: Um estudo das desculpas dadas no âmbito das relações de casais como forma de negociação entre bem de si e moralidade. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 54, n. 1, p. 133-190, 2011b.
- WERNECK, Alexandre. **A desculpa**: As circunstâncias e a moral das relações sociais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012a.
- WERNECK, Alexandre. A contribuição de uma abordagem pragmatista da moral para a sociologia do conflito. In: MISSE, Michel; WERNECK, Alexandre (org.). **Conflitos de (grande) interesse**: Estudos sobre crimes, violências e outras disputas conflituosas. Rio de Janeiro: Garamond, 2012b. p. 337-354.

WERNECK, Alexandre. Sociologia da moral, agência social e criatividade. *In*: WERNECK, Alexandre; CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto (org.). **Pensando Bem**: Estudos de Sociologia e Antropologia da Moral. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014. p. 25-48.

WERNECK, Alexandre. Dar uma zoada, botar a maior marra: Dispositivos morais de jocosidade como formas de efetivação e sua relação com a crítica. **Dados**: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 58, n. 1, p. 187-222, 2015a.

WERNECK, Alexandre. O ornitorrinco de criminalização: A construção social moral do miliciano a partir dos personagens da “violência urbana” do Rio de Janeiro. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 429-454, 2015b.

WERNECK, Alexandre. Uma sociologia da compreensão a partir do par crítica e jocosidade. **Civitas**: Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 482-503, 2016a.

WERNECK, Alexandre. A força das circunstâncias: Sobre a metapragmática das situações. *In*: VANDENBERGHE, Frédéric; VÉRAN, Jean-François (org.). **Além do habitus**: Teoria social pós-bourdiesiana. Rio de Janeiro: 7Letras, 2016b. p. 155-192.

WERNECK, Alexandre. **O milagre da multiplicação**: Valores, situações e circunstâncias. Sobre “A lenda do santo beberão”, de Joseph Roth. *In*: SEMINÁRIO FICÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS. Rio de Janeiro: IFCS: UFRJ, 2019a.

WERNECK, Alexandre. Política e ridicularização: Uma sociologia da “graça” da crítica em cartazes das “Jornadas de Junho”. **Interseções**: Revista de Estudos Interdisciplinares, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 611-653, 2019b.

WERNECK, Alexandre. Obstáculos na “pista livre”: Algumas considerações sobre a pragmática dos dispositivos da “lei do trânsito” no Rio de Janeiro. **Antropolítica**: Revista Contemporânea de Antropologia, Niterói, n. 50, p. 327-355, 2020a.

WERNECK, Alexandre. Graça em tempos de desgraça? A jocosidade como operador da crítica nos memes na pandemia. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, Reflexões na Pandemia, p. 1-16, 2020b. Disponível em: <https://www.reflexpandemia.org/texto-2> Acesso em: 27 jul. 2021.

WERNECK, Alexandre. Covid para bater boca: O moralismo ostentatório na “disputa de marra” entre o presidente e governadores sobre o enfrentamento da pandemia. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, Reflexões na Pandemia, p. 1-25, 2021a. Disponível em: <https://www.reflexpandemia2021.org/texto-94> Acesso em: 27 jul. 2021.

WERNECK, Alexandre. Viral Jokes: Humour and Grace as Critical Devices in Memes about The Covid-19 Pandemic in Brazil. *In*: MPOFU, Shepherd (org.). **Digital Humour in the Covid-19 Pandemic**: Perspectives from the Global South. Londres: Palgrave MacMillan, 2021b. p. 47-73.

WERNECK, Alexandre. Apontamentos para uma sociologia da efetivação (isto é, uma sociologia pragmática). *In*: NEVES, Fabrício; CORRÊA, Diogo; PETERS, Gabriel (org.). **Construção conceitual nas ciências sociais**. Rio de Janeiro: Telha, 2022. No prelo.

WERNECK, Alexandre; LORETTI, Priscila. Critique-Form, Forms of Critique: The Different Dimensions of the Discourse of Discontent. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 973-1008, 2018.

WERNECK, Alexandre; TALONE, Vittorio. A “sociabilidade violenta” como interpretante efetivador de ações de força: Uma sugestão de encaminhamento pragmático para a hipótese de Machado da Silva. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 24-61, 2019.

WERNECK, Alexandre; TEIXEIRA, Cesar Pinheiro; TALONE, Vittorio da Gamma. An Outline of a Pragmatic Sociology of “Violence”. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 22, n. 54, p. 286-326, 2020.

WERNECK, Alexandre *et al.* **Forças em forma**: Um estudo sobre a “violentização” da força em diferentes modalidades. *In*: 20º CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. Belém: UFPA, 2020. *Versão online*.

WOLFE, Francis. A invenção da política. **Artepensamento.com.br**, 2003. Disponível em: <https://artepensamento.com.br/item/a-invencao-da-politica/> Acesso em: 27 jul. 2020.

WRIGHT MILLS, Charles. Situated actions and vocabularies of motive. **American Sociological Review**, v. 5, n. 6, p. 904-913, 1940.

Recebido em: 07/08/2021

Aceito em: 23/02/2022